



Informe de Greve - nº 49 Brasília-DF, 6 de julho de 2000.

Comando Nacional de Greve: Sirle (SINET-UFU), Luiz Carlos Serra (SINTESAM), Paulo Roberto, Neuza e José Carlos (SINTUFRJ), Ana (SINTUFSC), Elizeu e Luiz Antonio (SINTUFEPE), Julio César (SINTEST-AC), Jair e Eriton (Sind-Ifes/BH), Ferraz e Jurandir (SINTUF-MT), Ulisses (ASAV), Márcia e Daniela (SINTEST-PR), Mariluce (SINTUFEJUF), Paulo (ASUFPEL), Manteiga (SINTUR/RJ), Dália e Eduardo (SINT-UFG), Conceição (SINTUFF) Vicente (SINTESP8), Luiz Fernando (ASSUFBA), Mariano (SINTEMA), Inês e Ivete (SINTUNIFESP).

Observadores: Márcia Cristina (SISTA-MS).

Direção Nacional: Marcia Abreu, Marcelo Pereira, Rogério Marzola, Balbino Cosme, Fernando Maranhão, Adamoli, Paulo Guerra, Ronald Pinto, Neuza Pinto, Agnaldo, Marcos, Graça Dutra e Juan.

GT-Carreira: Marcelo (DN), Ulisses (ASAV), Adamoli (ASUFPEL), Zé Luiz Sanz (SINTUFF) e Fátima.

Diretor em atividade no Rio de Janeiro: Toninho

IFES NA GREVE

NORTE: UFAC / FUA / UFPA / FCAP / UNIR **NORDESTE:** UFBA / UFS / UFAL / UFRPE / UFRPE / UFPB / UFRN / UFMA **CENTRO OESTE:** UnB / UFG / UFMS/UFMT **SUDESTE:** UFES / UFF / UFRJ / UFRRJ / UNIFESP / UFSCar / UFJF / UFMG / UFOP / UFU / UFV / UFLA / UNIRIO/ CEFET/MG SUL: UFPR / UFSC / UFRGS / FFCMPA / UFPEL / UFSM.

TOTAL DE INSTITUIÇÕES: 37

QUADRO DA GREVE - SINASEFE

CEFETs: ALAGOAS, BAHIA, CAMPOS-RJ, CEARÁ, CEFETEQ - RJ, CEFETEQ NILÓPOLIS-RJ, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, PARÁ, PARAIBA, PERNAMBUCO, PELOTAS-RS, RIO GRANDE DO NORTE, SÃO PAULO. **ESCOLAS AGROTÉCNICAS:** ALEGRE-ES, CONCÓRDIA-SC, QUIABÁ-MT, SANTA MARIA-RS, SATUBA-AL. **UNEDS:** BARREIRAS-BA, EUNÁPOLIS-BA, JOINVILLE-SC, MACAG-RJ, MARECHAL DEODORO-AL, MOSSORÓ-RN, PESQUEIRA-PE, SÃO JOSÉ-SC, PALMEIRA DOS ÍNDIOS AL, VALENÇA-BA, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. **ESCOLAS TÉCNICAS:** OURO PRETO-MG, PAULA SOUSA-SP, SANTA CATARINA.

TOTAL DE INSTITUIÇÕES: 34

INFORMES NACIONAIS

FORUM NACIONAL DE LUTAS

"São Paulo, 5 de julho de 2000

Infelizmente, a imprensa não compareceu à coletiva convocada, para hoje, pelo Fórum Nacional de Luta à respeito da greve dos Servidores Federais.

Foram preparados para a coletiva os seguintes documentos:

- 1) Do Fórum Nacional de Lutas de apoio ao movimento (abaixo)
- 2) Referente ao débito do Governo Brasileiro com a OIT (abaixo)
- 3) Esclarecimentos da MP 2048 -26 de 29/06/00 (abaixo).

Estiveram presentes os companheiros

João Felício - Secretário Geral da CUT, coordenou a atividade

José Dirceu - Presidente do PT

Aldo Rebelo - Deputado Federal do PC do B

Representantes do MST, UBES, PSTU

Entidades dos servidores federais: CNTSS,

FENASPS, CONDSEF, ANDES e FASUBRA

Mesmo não havendo a coletiva as entidades propuseram-se a publicar os textos em seus "sites" e também entrar em contato com representantes do

governo pressionando por uma audiência com resultados frente à pauta de reivindicações.

O companheiro José Dirceu vai entrar em contato com Arthur Virgílio, mantendo o canal aberto com o líder do governo frente às negociações e a greve.

O Fórum Nacional de Lutas, pretende atuar frente à Lei Orçamentária, no 2º semestre e foi indicada uma atividade, a ser detalhada, para o dia 30 ou 31/08, quando o Executivo entrega a proposta de peça orçamentária ao Congresso Nacional.

O Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, vem manifestar seu apoio aos Servidores Públicos Federais em greve desde 10 de maio de 2000 e protestar contra a postura Intransigente do Governo Federal que insiste em não avançar em negociações com o Comando de Greve.

O Fórum expressa sua indignação, publicamente, pois em mais de cinquenta e seis dias de greve, o Governo Federal não fez nenhum gesto verdadeiro que colocasse a perspectiva de se criar as condições mínimas ao estabelecimento real de canais sérios de diálogo, conversação e negociação com os Servidores Federais. Entendemos que a forma como as autoridades governamentais vêm tratando a questão salarial dos Servidores federais, denuncia o descaso e o desrespeito deste Governo para com os interesses públicos e as questões sociais, as necessidades e interesses da ampla maioria da população brasileira.

Num claro contra-ponto à insensibilidade e ao descaso do governo, os Servidores Públicos Federais, para além da reivindicação salarial, pois há mais de cinco anos não recebem reajuste, colocaram para a sociedade brasileira o caráter subserviente das políticas públicas implementadas pelo governo federal e que estão condicionados pelos organismos Multilaterais: a ação deliberada de desmonte do Estado e dos Serviços Públicos.

A greve dos Servidores Públicos em todo o país reforça na agenda política da sociedade brasileira a luta em torno da defesa dos Serviços Públicos: condição básica de justiça social e de efetividade da cidadania. O Fórum Nacional de Lutas assume em seu calendário de lutas o acompanhamento e a defesa de um orçamento público, que atenda as necessidades sociais da população brasileira.

Governo Federal está em débito com a Organização Internacional do Trabalho

A Comissão Permanente de Aplicação de Normas e Convenções da Organização Internacional do Trabalho avaliou em 1998 a aplicação da Convenção 98, que trata a aplicação do direito de sindicalização e negociação.

Ao analisar a memória dessas convenções, que os países enviam anualmente e é analisada por uma Comissão de Juristas Internacionais "Comissão de Expert", constatou-se que o Brasil, embora tenha promovido uma Reforma Administrativa, não tratou de incluir aí, normas para a negociação coletiva no setor público.

A Convenção 98, de 8/6/1949, em seu artigo 6º destaca a sua não aplicação a funcionários públicos a serviço do estado, porém passou a ser aplicável aos servidores da administração direta, visto que a Constituição Federal de 1988 permite a sindicalização de servidores públicos.

O Conselho de Administração da OIT (no qual o Governo Brasileiro tem assento permanente) enviou uma missão ao Brasil no ano passado, para

tratar desses problemas e constatou a falta de propostas e normas para a negociação coletiva no setor público.

O relatório da Comissão que constatou as falhas do Governo Brasileiro neste processo de negociação coletiva em relação aos servidores, foi aprovado pela Comissão de Expert e pelo Conselho de Administração. Perante as cobranças da OIT, o Governo Brasileiro comprometeu-se a fazer um Seminário Tripartite de formulação de propostas, para estabelecer um processo permanente de negociação no setor público e, caso haja algum decreto, lei, norma ou decisão da justiça brasileira, ou mesmo dispositivo na Constituição Federal que impeça a adoção dessa Norma Internacional, é a legislação brasileira que tem que sofrer modificações.

Portanto, é urgente que o Governo Brasileiro organize esse Seminário Tripartite que é um compromisso assumido com a missão da OIT para o cumprimento da Convenção 98. Que haja a efetiva participação dos servidores que tem propostas a

apresentar, e que o Brasil ratifique a Convenção 151 que trata da proteção do direito de sindicalização e

procedimentos para definir as condições de emprego no serviço público

ESCLARECIMENTOS sobre a MP 2048-26, de 29 de junho de 2000, que, segundo divulgou o governo, estaria dando aumento de salário a 44 mil servidores federais.

A Medida Provisória é, na verdade, reedição de reestruturação e organização de algumas carreiras, já editada há meses. Alguns objetivos do ato político de divulgar esta MP, ficam claros ao analisarmos alguns pontos que destacamos inicialmente, como os que seguem.

São atingidos pela Medida Provisória 44 mil servidores, sendo 36 mil de 18 carreiras já existentes e estruturadas e 8.703 servidores do chamado PCC, que são servidores que desde janeiro de 1995 nada tiveram de reajuste em seus salários.

Para os ocupantes das 18 carreiras citadas, trata-se de uma pequena alteração, visando estimular os ocupantes dessas carreiras a não pedirem demissão, pois os salários pagos pela iniciativa privada são bem mais atrativos. Entretanto, da mesma forma que o conjunto dos servidores atingidos pela MP, ficam com seus vencimentos variáveis, sujeitos a critérios de avaliação de desempenho, dependendo da direção da instituição.

Já para os 8.703 servidores do PCC, a verdade é bem pior do que o divulgado na imprensa pelo governo. Senão vejamos:

Ao contrário do divulgado, as gratificações constantes do anexo XIII, não serão pagas integralmente aos seus ocupantes. Será paga a diferença entre a remuneração ou salário recebido pelo cargo e o valor unitário da gratificação. Assim, caso um servidor tenha direito a uma FCT 8, de R\$ 1.109,59, e receba de remuneração mil reais, terá direito a apenas a R\$ 109,59

Os ocupantes de funções de natureza especial, DAS, ou Funções Gratificadas, entre outras não podem ter acesso às criadas FCTs. De forma ainda não definida pelo governo, só poderão ter direito às FCTs, servidores com qualificação, capacidade e experiência. Isto mostra a total possibilidade de manipulação de critérios a serem definidos.

As gratificações não podem ser incorporadas a aposentadorias ou pensões.

Também não podem ser incorporadas aos salários.

Considerando que o valor pago é a diferença entre os vencimentos e o valor da gratificação, pode haver redução de remuneração, decorrente da MP. Nesse caso, o servidor receberá o mesmo de antes da FCT, sendo a diferença entre o seu novo vencimento (reduzido) e o antigo paga em forma de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira.

Enfim isto mostra que os servidores que perceberem as FCTs ou não terão nenhum aumento, ou na melhor das hipóteses podem ter muito pouco. Além disso, ficam totalmente sujeitos a critérios vagos de avaliação e a disponibilidade política da chefia ou da direção do órgão, que passam a usar o salário efetivamente recebido pelos servidores como moeda de barganha para o cumprimento da política dos dirigentes.

São Paulo, 5 de julho de 2000

AUDIÊNCIA NA ANDIFES

O Comando Nacional de Greve foi recebido, em audiência, por ocasião da realização da reunião do Diretório da Andifes. No início da audiência, o Presidente da Andifes, Prof. Emídio Cantídio, em conjunto com o Prof. Cristóvão, Reitor da UFPA, deram informes das iniciativas da entidade no sentido de intermediar abertura efetiva de negociações com a Fasubra.

Foram passados informes da intervenção do Secretário da SESU, em reunião com o Vice

Presidente da Andifes e com o reitor da UFPA. Nesta reunião, segundo o informe, a posição do MEC em nada se diferenciou da colocada ao CNG FASUBRA, na última terça-feira, relatado no IG2000-48.

Os reitores presentes reafirmaram a disposição da ANDIFES em permanecerem em quanto facilitadora do diálogo MEC/FASUBRA e de manterem a pressão sobre o MEC, pela agilidade na apresentação da contra proposta, do ministério à

nossa proposta de rehierarquização protocolada no MEC.

O CNG FASUBRA, reafirmou nossas premissas para a construção de uma proposta.

Reafirmou, também a necessidade da pressão da Andifes e dos reitores no sentido de que se abra, no MEC, uma mesa efetiva de negociação.

AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

À tarde, o comando foi recebido pelo ministro do planejamento, orçamento e gestão, Marthus Tavares. Participaram da reunião FASUBRA, Andes-sn, Condsef e a Fenasp. O ministro Marthus Tavares no início se mostrou contrário a participação CUT/Nacional. O comando nacional ponderou e mostrou ao ministro a importância da participação da CUT na reunião. No transcorrer da conversa, o comando fez insistentes cobranças ao ministro sobre a posição do governo em relação da greve dos servidores públicos federais. Ao final de mais de três horas de reunião na qual apresentou duas propostas rejeitadas pelo comando, o ministro assessorado por técnicos, produziu uma terceira proposta chamado de memorando de entendimento. Esse documento avaliado preliminarmente pelo comando nacional após a reunião com o ministro, não atende de forma alguma as nossas reivindicações. O governo mantém a postura intransigente de não negociar em greve, apesar de finalmente reconhecer a sua existência. Desta forma busca intimidar o movimento levantando novamente como ponto principal a discussão sobre o não corte de ponto.

Neste sentido, em uma discussão preliminar o comando nacional de greve da FASUBRA mantém a avaliação de necessidade de manutenção e radicalização da greve. Amanhã estaremos realizando uma reunião do comando nacional unificado de greve ampliada, com a participação de todos os delegados e delegadas dos comandos das entidades nacionais com o objetivo aprofundar a avaliação sobre as iniciativas gerais e específicas do governo, potencial de mobilização e rumos da nossa greve.

Durante o final de semana estaremos realizando uma reunião com os companheiros do Andes e do Sinasf com o objetivo de discutirmos questões específicas do setor da educação, bem como as perspectivas dos estudos que, segundo o MEC, estão sendo realizados com vistas à apresentação de uma proposta concreta aos trabalhadores das IFE's.

Amanhã, ainda, no final da tarde, estaremos reunidos na SESU a fim de aprofundarmos os princípios dos estudos de repercussão financeira que estão sendo elaborados pelo MEC bem como agendarmos uma reunião para o início da próxima semana quando será apresentada a proposta que esta sendo elaborada.

Em anexo o documento proposta pelo Ministro Martus Tavares

PROPOSTA DE DOCUMENTO ENTREGUE PELO MINISTRO AO CNUG

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE SERVIDORES FEDERAIS - CNESF

Considerando a evolução do diálogo instituído entre os Governos Federais e representantes dos servidores, e, em caso do término efetivo da paralisação dos servidores públicos federais, até o próximo dia X.07.2000, o Governo Federal se compromete a:

- a) editar Decreto, no próximo dia (X+1).07.2000, autorizando a compensação das faltas, mediante compensação de serviços, no período de 06.07.2000 até X.07.2000, mantendo todas as vantagens e direitos dos servidores, desde que a CNESF se comprometa a retirar a ação de justiça;
- b) criar uma Comissão de Interlocução, no âmbito do MP, com o objetivo de:
 - 1) analisar e discutir, em sua totalidade, a pauta de reivindicações dos servidores;
 - 2) analisar, discutir e propor o estabelecimento de um diálogo permanente, com os órgãos e entidades setoriais, relativos ao conjunto dos servidores;
 - 3) analisar, discutir e propor alterações para assegurar ao servidor o desempenho de mandato em entidades de classe.

b.1) A Comissão de Interlocução terá a seguinte composição:

b.1.1) o titular da Secretaria de Gestão do MP, que presidirá a Comissão;

b.1.2) o titular da Secretaria de Recursos Humanos do MP;

b.1.3) dois assessores indicados pelo Ministro do MP;

b.1.4) onze representantes indicados pela CNESF

b.2) Fica, desde já, agendada a primeira reunião da Comissão de Interlocução para o próximo dia (X+3) 07/2000, às 15:00h, no 4º andar do MP.

b.3) O Ministro do MP e a CNESF, deverão indicar seus representantes com antecedência mínima de 24 horas do início de cada reunião

b.4) Caberá a presidência da Comissão de Interlocução aceitar (ou não) eventuais outras participações;

b.5) a Comissão de Interlocução reunirá, no mínimo, uma vez por trimestre, e sempre que convocada pela sua presidência.

b.6) a partir de sua instalação, a Comissão de Interlocução terá, num prazo de até 20 dias, proposto e acordado a instalação das comissões setoriais;

b.7) as comissões terão autonomia para proposição de matérias de competência ao órgão ou entidade a que estiver vinculada.

E, por estarem de acordo com os termos e condições, assinam este Memorando de Entendimento.

Brasília, aos X.07.2000

INFORMES DE BASE

SINTEST-RN:

"O Comando Local de Greve, em reunião hoje, dia 05.07., avaliou que a adesão ao movimento grevista encontra-se em refluxo, dificultando qualquer mobilização no sentido de radicalizar a greve

Atividades:

SINTESAM:

"05.07. - Pela manhã, foi realizada panfletagem com os técnicos, docentes e estudantes, especificamente nos prédios onde funcionam os bancos que procedem aos pagamentos da Universidade do Amazonas. O texto foi intitulado ONDE ESTÁ A TRANSPARÊNCIA? Além de fazer uma avaliação positiva do movimento grevista, faz uma reflexão do antagonismo da postura do Sr. Reitor, mostrando que a Universidade vem sendo depredada há muito tempo. Equipamentos vêm sendo roubados, estudantes vêm sendo vítimas de violência física, servidores estão sendo roubados dentro da própria unidade de trabalho e nenhuma atitude foi tomada pela Reitoria. Ao mesmo tempo, apontamos outro

06.07 - Mobilização na Praça Gentil Ferreira, no bairro do Alecrim com panfletagem denunciando a intransigência de FHC

07.07 - Assembleia Geral no auditório da Biblioteca.

10.07 - Assembleia Geral no auditório da Biblioteca."

grave problema da instituição que é a falta de transparência da sua direção superior, que não apresenta prestação de contas ou os critérios de distribuição das verbas que têm entrado através de convênios. Achemos que é necessário, por exemplo, que o Reitor informe a comunidade sobre a arrecadação da Fundação UNISOL. E indagamos: a falta de transparência na administração não é uma forma de destruir o patrimônio público, senhor reitor? Vamos ser legais e transparentes, mas tenhamos coerência.

À tarde, realizamos AG que contou com a participação de 117 servidores, além de representações dos docentes e estudantes. Após

informes e avaliação, foram aprovadas as seguintes propostas: continuidade da greve, nota de repúdio contra o reitor que levou o movimento às instâncias judiciais, esclarecendo inclusive que o mesmo é "persona non grata" à comunidade universitária.

SINTUFS:

"Na 2ª, feira, 03, mantivemos um contato com o Presidente da ANDIFES, por ocasião do encontro regional dos dirigentes das IFES, em Aracaju, na qual solicitamos o apoio daquela entidade visando a efetiva abertura de negociações junto ao MEC.

3ª, feira, 04/07, os servidores técnico-administrativos da UFS, em assembléia no auditório da Reitoria, se posicionaram pela manutenção da greve, considerando-se a insensibilidade do governo FHC em atender as nossas justas reivindicações. Inclusive, o SINTUFS, a ADUFS-SIND e o DCE estão discutindo propostas de ações mais enérgicas para

SIND. IFES/BH:

Na Assembléia do dia 5 de julho na Faculdade de Medicina, estiveram presentes mais de 300 funcionários, que votaram a favor da continuidade da greve e resolveram radicalizar o movimento, organizando uma manifestação na entrada principal da UFMG, no *campus* da Pampulha, no dia 6 de julho. A partir das 7 horas da manhã, um grande número de funcionários panfletou e fechou a portaria do *campus* da Av. Antônio Carlos, uma das vias mais movimentadas de Belo Horizonte, causando um engarrafamento de quilômetros. A imprensa esteve presente, juntamente com a polícia. Os profissionais do trânsito desviaram o tráfego para outra entrada e os manifestantes se dividiram para panfletar também nesse local, causando um tumulto ainda maior. A manifestação durou até as 10 horas e foi um sucesso! Apesar da indignação de algumas pessoas, inclusive professores, o ato foi considerado positivo pelos presentes, que demonstraram entender nossas reivindicações e apoiaram a manifestação. No dia 05 de julho, o Comando realizou também um Café da

SINTUFF

1- "Propostas aprovadas na Assembléia Geral de 04/07/00:

- 1.1 Continuidade da greve unificada dos servidores públicos federais.
- 1.2. Negociação da pauta unificada dos SPF's pelos 64% de reajuste já.
- 1.3. Indicar à CUT (Direção Nacional) sua participação nas pressões e na negociação com o governo

06.07 - AG unificada da comunidade universitária.
17h Ato Público:

Próxima AG - 11/07 às 14h."

inclusão no programa de atividade do nosso movimento.

Hoje, 06/07 estaremos participando do "DIA NACIONAL DE LUTA E LUTO", com um ato fúnebre no centro comercial de Aracaju. A concentração será em frente ao Edif. do INSS, ao lado da Rodoviária Velha. O protesto é organizado pelo Comando Estadual de Greve dos SPFs, envolvendo o SINTUFS, ADUFS-SIND, SINTSEP, SINDIPREV e o DCE, contra a intransigência e o desrespeito do governo FHC em relação ao nosso movimento."

Manhã da Greve, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), sendo convidado para participar, logo após, de uma reunião na Congregação desta Unidade. Na reunião, o Comando explicitou, mais uma vez, os motivos da Greve e a justiça das nossas reivindicações, conseguindo obter o apoio dos professores da FAFICH, que se comprometeram a não substituir a mão-de-obra dos grevistas, principalmente com relação aos procedimentos da matrícula do próximo semestre, que estava sendo viabilizada por um grupo de docentes.

O Comando de Greve conseguiu, ainda, que fosse publicado, em 28/06, no Boletim da UFMG, órgão oficial da Universidade, matéria que desmente o governo em relação aos 15 pontos do FHC.

A próxima Assembléia dos Servidores da UFMG foi marcada para hoje, dia 7, às 9 horas, na Reitoria. Ainda, o Comando de Greve continua aguardando resposta sobre os precatórios."

- 1.4. Radicalização da greve: que o CLG construa propostas nesse sentido, verificando que serviços ainda devem parar, articulando suas ações em conjunto com docentes e estudantes em greve, organize um panfletão em Niterói, avalie a paralisação de bolsistas e terceirizados e outros
- 1.5 Aprove o texto indicado, pelo CNG para ser entregues aos reitores, visando pressioná-los a participar do processo de exigência de efetiva

negociação com o governo. O Ofício foi entregue por uma Comissão da Assembléia, no mesmo dia.

- 1.6. Indicar ao CNUG que se utilize o espaço da Reunião do SBPC para denunciar as políticas do governo para os SPFs.
- 1.7. Indicar ao CNUG o envio de carta à OIT denunciando o governo FHC e suas políticas.

SINTUFSCAR

"Na linha da orientação do comando nacional de greve, fechamos a entrada da universidade no dia de hoje. Houve muita repercussão na imprensa local. Os portões permaneceram fechados até às 11h30min. As pessoas só conseguiram entrar no campus a pé, os carros ficaram estacionados do lado de fora. O

SINTUFPA

"Dia 05/07, realizamos uma assembléia, na qual deliberamos o seguinte:

1. Informamos à Assembléia, que no dia 05/07 o comando ampliado reuniu-se com o reitor, o qual relatou a audiência da ANDIFES com o MEC, dando-nos dados importantes: *Ele acredita que, está se desenhando no cenário das negociações, o plano de saúde e a gratificação. Disse, também, que os reitores da UFPA e da UFMG ameaçaram (na audiência com o MEC) que renunciariam ao cargo, caso o governo não cumprisse as negociações com a FASUBRA;*

2. MANTER A GREVE, E RADICALIZÁ-LA PARA FORÇAR O GOVERNO A NEGOCIAR;

SINTUFEPE

"Ato na Reitoria arranca posição do Reitor da UFPE"

O Comando de Greve da UFPE convocou e realizou Assembléia na Frente da Reitoria hoje às 10 horas, que teve participação de mais de 100 (cem) companheiros (as), inclusive aposentados. Durante a assembléia foi lido o FAX da FASUBRA Sindical e avaliado o movimento e **aprovado a continuidade da Greve**. Na oportunidade, também foi aprovado que os presentes iriam exigir audiência pública com o Reitor Mozart Neves Ramos para cobrar um posicionamento político da Administração da UFPE sobre as demandas que a conjuntura da nossa greve criou, principalmente com relação à emissão da MP 2048/2000, sejam: 1) Posicionar-se por Re-hierarquização e não Gratificação, não aceitação de

1.8. Referência os nomes de Eduardo e Conceição como nossos representantes no CNUG.

2- Próxima Assembléia Geral : dia 11/07, às 14 horas, no Cinema da Reitoria.

3- Informamos, também, que o Conselho Universitário da UFF aprovou Moção de apoio à greve dos SPFs exigindo que o governo negocie com os grevistas, desde a sessão extraordinária ocorrida em 21/06."

movimento foi um sucesso. Todos os meios de comunicação local estiveram presentes na manifestação

Até a vitória."

3. BOICOTAR O VESTIBULAR, caso o governo não sente para negociar nossas reivindicações. E que deve ser esta uma orientação nacional, pois abala toda a indústria de cursinhos de vestibular e envolve a sociedade.

4. Com a presença de LULA em Belém dias 06 e 07/07, decidimos cobrar dele pronunciamento na imprensa em defesa de nossa greve;

5. Fazer VIGÍLIA na reitoria de 05 p/ 06/07 e participar do ato do dia 06/07 unificado na FNS, o qual terá presença do MST;

*Ocorreram duas vigílias em Belém: no INSS e na UFPA.

qualquer proposta que diferencie os trabalhadores ativos (Apoio, Intermediário e Superior) e dos Aposentados. 2) Plano de Saúde para todos da ativa - inclusive aposentados dependentes e pensionistas - e 3) Questões de Morandade na Administração da Coisa Pública. Após aprovação, por unanimidade destes pontos na Assembléia, todos se dirigiram ao Gabinete do Reitor para exigir audiência pública. No início, a Secretária disse que o Reitor estava em Reunião, mas atenderia uma Comissão, o comando não aceitou. Para pressionar, começamos a cantar bem alto as paródias da Greve dos SPFs, provocando a saída do Reitor para atender a categoria. Depois da intervenção do comando o Reitor se comprometeu publicamente de encaminhar, ainda hoje, para a SESU/MEC manifestação política da Administração da UFPE favorável às reivindicações dos Técnico-

Administrativos. Garantiu o Reitor que logo que encaminhar a Carta ao MEC mandará cópia para o SINTUFEPE e ADUFEPE. Ficamos surpresos quando o Reitor disse que também iria manifestar esse posicionamento em Audiência que teria com o Secretário da SESU/MEC - Antônio Figueiredo - amanhã (06/07/2000). Avaliamos nossa ação do dia de hoje vitoriosa e contributiva para o movimento

nacional, somando enquanto fator de pressão para que nossa pauta específica seja realmente negociada e atendida. Sobre as questões locais, o Reitor comunicou que logo que os Processos Promovidos pela Administração esuverem concluídos haverá publicação destes. Amanhã haverá a operação PISCA-PISCA na entrada do Campus)."

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

DATA	ATIVIDADES
07/07	Reunião ampliada do Comando Unificado de Greve
09 a 14/07	Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/BR

UnB - Pavilhão Múltiplo Uso - Bloco C - Sala C-1-07 - CEP 70.919-970 - C. Postal: 46339 - Brasília - DF
Fones: (061) 349.9151 / 348.2554 - FAX (061) 349.1074
E-mail: fasubra@fasubra.com.br - home page: <http://www.fasubra.com.br>